

Nesta Edição:

- Elevação do limite de compensação de prejuízo fiscal;

Elevação do limite de compensação de prejuízo fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou hoje o parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB/PE), favorável ao PLS 410/2009, com emenda. O PLS 410/2009 eleva de 30% para 50% o limite máximo para compensação dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios anteriores com o lucro apurado no exercício corrente para efeitos do IRPJ e da CSLL.

A emenda aprovada na Comissão atualiza o texto, para que os efeitos pretendidos se materializem nos anos de 2012, 2013 e 2014 e não mais no triênio 2010-2012 como previsto no texto original.

A CNI entende que a elevação do limite para compensação dos prejuízos fiscais é uma medida importante para reduzir a carga tributária das empresas. O prejuízo sofrido por uma empresa em um dado ano não desaparece com a abertura de um novo período de apuração. Portanto, o lucro em um exercício que vem cobrir prejuízos anteriores não revela a mesma capacidade contributiva daquele lucro que não tem por trás um histórico de resultados negativos.

Se não for apresentado recurso para apreciação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Senado não vota extinção da contribuição adicional de 10% ao FGTS

Por circunstância regimental, o PLS-C 198 de 2007, que trata da extinção da contribuição adicional de 10% ao FGTS, não foi votado, hoje, no Plenário do Senado. Duas Medidas Provisórias oriundas da Câmara dos Deputados e lidas no início da Ordem do Dia, obstruíram a pauta do Senado. O Senador Romero Jucá está colhendo assinaturas dos Senhores Líderes, em requerimento de urgência, que poderá ser apreciado amanhã, mas a votação do projeto ficará para após o recesso parlamentar no início de agosto.

panel

■ Adiada votação do Parecer à MPV 571/2012 – Novo Código Florestal.

Foi adiada, novamente, a leitura do parecer do relator na Comissão Mista da MPV 571/2012, que traz alterações à lei do novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Os parlamentares membros da Comissão solicitaram que a sessão fosse suspensa para que pudessem ter conhecimento do conteúdo integral do parecer antes que ele fosse proferido e colocado em votação.

O relator, senador Luís Henrique (PMDB/SC), informou que havia recém concluído o parecer, e que a demora se deveu ao fato de ter levado ao extremo o processo de ouvir, e tentar conciliar, os posicionamentos dos seus pares e do governo. O presidente da Comissão Mista, deputado Bohn Gass (PT/RS), anunciou a retomada da sessão para as 8:00h desta quarta-feira, dia 11/07, quando o relator fará a leitura do parecer e apreciação das 696 emendas apresentadas ao texto.